

Para onde vamos? Não sei... não sei!

Estamos vivenciando uma fase de fenômenos climáticos incríveis. Enquanto as regiões norte e nordeste, vítimas tradicionais de secas prolongadas, encontram-se submergidas após intermináveis chuvas que provocam enchentes, destruição de casas, estradas, plantações levando parcela considerável da população ao desespero, aqui no RS estamos curtindo uma estiagem que se prolonga há mais de 100 dias. Os prejuízos são incalculáveis. Temos mais de 100 municípios que decretaram situação de emergência. Para pessoas ingênuas, tais ocorrências são resultantes de “caprichos da natureza”, posto que situações semelhantes aconteceram em épocas passadas. Sim, é verdade, mas não aconteciam com a frequência e intensidades atuais.

A imprensa, e mais particularmente as redes de televisão, tem sido pródigas em mostrar imagens da destruição de casas, estradas, lavouras e, prato preferido das TVs, imagens de pessoas desesperadas e chorosas. O impacto dessas imagens emociona a audiência. Tem sido utilizado um enorme espaço dos caros minutos da TV para noticiar as catástrofes. Tudo bem, é importante sim, na medida em que mobiliza a população para ajudar as vítimas que perderam suas casas e outros bens importantes. Mas o que chama a atenção é que não se consome um minuto sequer para discutir as verdadeiras causas desses fenômenos climáticos, que de tão frequentes, já nem deveriam ser chamados de fenômenos. Os especialistas em climatologia são unânimes em afirmar que a origem dessas ocorrências está no aquecimento global, na destruição desmesurada das matas naturais e na poluição dos rios. Bem, mas isto não interessa, na medida em que se choca com a visão capitalista fria e insensível de quem não se preocupa com o planeta que deixaremos para as próximas gerações. Querem uma prova disto? Vamos lá...

Em 24/05/09 foi aprovada pelo Congresso Nacional a MP 458 que, segundo a ex ministra do Meio Ambiente Marina Silva (com a qual eu concordo em gênero e número), oficializa a grilagem de terras na Amazônia. Ou seja, aquelas pessoas que invadiram terras até então pertencentes ao governo federal (Reserva Legal), derrubaram e queimaram as matas e nessas áreas se assentaram de forma absolutamente ilegal, receberão do governo o título de posse definitiva de forma gratuita ou pagando valores simbólicos. Ah... mas tem os políticos defensores da MP em questão, que afirmam (com a ironia e insensatez que lhes são peculiares), que se trata de um projeto social na medida em que 80% dos beneficiados serão pequenos produtores (até 100 ha) que não pagarão nada pela posse da terra. Os demais beneficiados (20%) que receberão até 1500 ha, pagarão determinados valores (simbólicos) pelas terras que já utilizam gratuitamente e ilegalmente há 10 ou 20 anos. Mas, usando a mesma metodologia de cálculo, é importante que se diga que os 80% de pequenos produtores que receberão a terra de forma gratuita, ficarão com apenas com 11,7% da área que está sendo disponibilizada pelo governo. Os demais beneficiados por esta MP, que representam 20% do total de produtores (ou invasores?) ficarão com 88,3% da referida área. Se isto é um projeto social, confesso que já não entendo mais nada de sociologia.

Para encerrar, admito, estou desanimado! Muito mais do que as catástrofes climáticas, me assusta o ambiente do Congresso Nacional. As tempestades que lá ocorrem são mais danosas e devastadoras do que qualquer fenômeno climático. Para onde vamos? Não sei.

Otaliz de Vargas Montardo
Méd. Veterinário